

Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o
PCB e a “questão camponesa” (1927-1947)

Leonardo Soares dos Santos*

Resumo

Este artigo trata da formação da “Questão Camponesa” no Partido Comunista do Brasil durante as décadas de 1920 e 1940. Por esse estudo é possível perceber como idéias sobre homens e situações do interior brasileiro dão lugar às Ligas Camponesas e à formação de vários quadros especificamente voltado para a atuação no campo.

Palavras-chave: *Partido Comunista do Brasil; Movimentos Sociais; Camponeses.*

Abstract

This article treat the formation of “Peasantry Question” in the Communist Party of Brazil during 20 and 40’s. By this study is possible to perceive how ideas on men and situations of Brazilian hinterland to give place to Peasantry Leagues and formation of several formers strictly pointed towards to action in the country.

Keywords: *Communist Party of Brazil; Social Movements; Peasantry.*

* Doutor em História e professor Assistente da Universidade Federal Fluminense/Pólo Campos Goytacazes e membro do Observatório Fundiário Fluminense, coordenado pela Profª Ana Motta e do GESTHU, coordenado pela Profª Fania Fridman. E-mail do autor: leossga20@hotmail.com.br.

Os primeiros “planos” para os camponeses

A relação entre comunistas brasileiros e os trabalhadores do campo é uma das faces da história dos movimentos sociais que vem sendo alvo de crescente interesse por parte de pesquisadores das Ciências Sociais nas últimas décadas, principalmente no que se refere à atuação desse grupo a partir dos anos 1940. Mas o que os comunistas tinham a dizer sobre os “camponeses”, em sua imprensa ou nos debates internos, nas primeiras décadas de sua existência?

Logo depois de fundado, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se empenhava em superar o seu primeiro desafio: obter a permissão de filiação na Internacional Comunista como sua seção nacional. Tal era a ansiedade por parte dos comunistas brasileiros, que isso seria tentado naquele mesmo ano, quando da realização do IV Congresso Mundial da Internacional Comunista (IC), nos meses de novembro e dezembro (DEL ROIO, 2003, p. 90).

A frustrada atuação de Bernardo Canellas – membro da Comissão Executiva escolhido para a importante missão – rendeu-lhe simplesmente a expulsão do Partido no ano seguinte. No período imediatamente seguinte, o PCB passava a considerar como o seu mais novo e crucial desafio a disputa com os anarcossindicalistas pelo papel de vanguarda no seio do movimento operário. É como se estivessem frente a frente criador e criatura, já que o próprio PCB tinha na sua direção elementos advindos do anarcossindicalismo, casos de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

Naquele momento, seria preciso que influxos externos, isto é, diretrizes e “orientações” formuladas pela Internacional Comunista, impulsionassem os comunistas brasileiros a tratar com mais atenção as questões relativas às “massas camponesas” do país. O ponto de partida seria dado pelas discussões em torno da criação e da atuação do Bloco Operário Camponês (BOC)¹, que em 1927 substituiria o Bloco Operário (BO). O BOC era resultado direto do esforço do PCB em investir na ideia de “frente única”, que se opunha frontalmente à orientação adotada

¹ O nome BOC devia sua origem à proposta formulada por Georgi Dimitrov, em 1923, ao partido da União Camponesa da Bulgária, com a finalidade de lutar contra a ditadura militar que então governava aquele país.

pelos anarcossindicalistas, que se recusavam a firmar quaisquer alianças com outras forças políticas. A linha política de “frente única”, que tinha como principal referência o Kuomintang chinês, coadunava-se precisamente com a “orientação” da IC em formar “governos operários-camponeses”. Aliás, os idealizadores da implementação dessa linha aqui no país – Astrojildo Pereira, Octávio Brandão e Leônidas de Rezende – faziam questão de denominá-la de “Kuomintang brasileiro”. Porém, os esforços dos comunistas em demonstrar irrestrita adesão à “linha geral” não se faziam acompanhar de medidas efetivas no sentido de concretizar a aliança com os trabalhadores do campo. O BOC funcionou como uma espécie de “cobertura legal” para que o PCB – lançado novamente na ilegalidade em agosto de 1927 – pudesse participar do processo eleitoral. E nisso conquistaria relativo sucesso, sendo dois de seus membros (Minervino de Oliveira e Octávio Brandão) eleitos para vagas no Conselho Municipal do Distrito Federal, em 1928. Contudo, o BOC continuava a ter praticamente pequena inserção no campo – ao contrário do que sugeria o seu nome. O próprio Astrojildo Pereira reconhecia que

O elemento ‘camponês’ representava apenas uma palavra incluída no BOC, era um desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o Partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se (sic) do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental de aliança entre operários e camponeses (PEREIRA, 1979, p. 124).

Um ponto de tensão nas relações entre a IC e suas seções nacionais era o pouco empenho da primeira em fazer com que tais relações extravasassem os limites do plano simbólico. No VI Pleno da Comissão Executiva da IC (CEIC) de 1926, o delegado norte-americano Pepper dizia que a América Latina seria a “China do Extremo Oriente” e o México a “Cantão dessa nova China”, o que apontava para o valor do Kuomintang como um modelo a ser seguido pelos PCs dos países periféricos (PINHEIRO, 1991, p. 156).

No entanto, a mesma CEIC pouco se esforçava em fomentar movimentos no Novo Continente. De certa forma, a pouca atenção dada pela IC às questões da região seria reconhecida por sua direção. Em seu discurso de abertura do VI Congresso Mundial, em 17 de julho de 1928, diria Bukharin: “A América Latina entra pela primeira vez na órbita de influência da Internacional Comunista” (PINHEIRO, 1991, p. 160). Mas, na verdade, seriam outros os fatores que confeririam importância ao VI Congresso. Nele, as questões debatidas foram as seguintes: o desenvolvimento recente do capitalismo; as contradições interimperialistas – realçando a disputa entre EUA e Grã-Bretanha; o problema do fascismo e a perspectiva da revolução nos países sob domínio imperialista.

Quanto a este ponto, a atenção maior recairia sobre a China. Outras situações consideradas seriam Índia, África do Norte e América Latina, sendo que esta era analisada em função da experiência mexicana. De qualquer forma, era a primeira vez que a região era alvo de análises e debates no interior do Congresso da IC: a imagem que se tinha sobre ela era de um terreno de disputas entre EUA e Grã-Bretanha, em que cabia à pequena burguesia local dirigir a “resistência anti-imperialista”. Diante disso, era um dever dos comunistas agitar a palavra de ordem do “governo operário-camponês” e participar de governos conduzidos pela pequena burguesia.

Na ótica dos comunistas brasileiros, isso era a senha para que fossem iniciadas as conversações com os líderes da Coluna Prestes, a qual entendiam ser um “típico movimento pequeno-burguês”. Também tocava diretamente ao PCB o fato de o país ser incluído no “grupo” de países que abarcava colônias, semicolônias e países dependentes. Isso significava dizer, do ponto de vista teórico, que o Brasil teria que passar pela etapa da revolução “democrático-burguesa” antes da revolução “socialista”. Além disso, por conta das experiências do Kuomintang e da revolução camponesa do México, os comunistas brasileiros seriam orientados a dar maior atenção à “questão camponesa”, que para muitos era o “ponto mais débil do Partido”.²

² *La Correspondencia Sudamericana*, 15/05/1928. p. 14. O Kuomintang – Partido Nacional do Povo –, criado em 1919, manteve relações com os comunistas até 1927, quando Chiang Kai-shek desencadeou a repressão anticomunista (v. DEL ROIO, Marcos op. cit., p. 64, nota 15).

Tais orientações levariam a delegação brasileira que participou do VI Congresso a promover algumas correções nas teses políticas a serem apresentadas no seu III Congresso Nacional, realizado entre os últimos dias de 1928 e início de 1929. A partir de então, as questões relativas à natureza da revolução brasileira (“democrático-burguesa”) e a aliança do proletariado com o campesinato e a pequena burguesia (consolidação da linha da “frente única”) passariam a ser os eixos principais dos debates do PCB. Isso se refletiu no próprio andamento do III Congresso, que teve como objetivos: solidificar o BOC; avançar na construção da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e iniciar uma política voltada aos “camponeses”. Este último teria sido até mesmo “o ponto mais importante” debatido no III Congresso, dando ensejo à formulação do primeiro “documento agrário” do PCB. Também seriam discutidas e aprovadas “consignas” que procuravam dar conta das especificidades socioeconômicas (regimes de propriedade, formas de trabalho etc.) de cada região do país.

Como parte da tentativa de estabelecer um programa que abarcasse as diferenças entre essas várias regiões, nota-se por parte dos comunistas um esforço em discriminar as diversas categorias que compunham a “classe dos camponeses”: “assalariados” ou “operários agrícolas”, “colonos”, “peões”. O curioso é que esse documento fazia pouca alusão às categorias de trabalhadores não assalariados e a possíveis formas de organização, o que, em certa medida, contrariava as determinações do Secretariado Sul-Americano da IC (SSA/IC). Este, desde a primeira metade de 1928, defendia a tese de que o proletariado e “seu partido” deviam, “em primeiro lugar, unir-se estreitamente ao campesinato, organizando os operários agrícolas como uma fonte para organizar os camponeses pobres, os arrendatários, os colonos, em ligas Camponesas orientadas para a política do Krestintern”* (CARONE, 1982, p. 269).

Tal lacuna presente neste documento se torna mais intrigante quando levamos em conta que já havia em andamento ações concretas do próprio PCB em algumas regiões do interior do País, junto a setores não assalariados, por volta de 1928, com o fito de arregimentá-las em “organizações camponesas”. Segundo nos informa Ronald Chilcote, militantes comunistas teriam organizado uma Liga Camponesa em São Paulo, nas

* Abreviação, em russo, da Internacional Camponesa.

zonas de Sertãozinho e Ribeirão Preto. Os trabalhadores rurais nela reunidos teriam ainda, “sob a liderança de Teotônio de Souza Lima”, realizado “passeatas de protesto nas grandes plantações cafeeiras” (CHILCOTE, 1982, p. 231)³. Há também informações desse mesmo ano que dão conta que, além de São Paulo, havia um trabalho de organização de “pequenos lavradores” do Rio de Janeiro (Distrito Federal) e que os Comitês Regionais de Pernambuco e Rio Grande do Sul também já estavam destacando “camaradas para esse trabalho” de atuação no campo.⁴

Em termos de política interna, o III Congresso, ao cancelar a linha da “frente única”, propiciaria o fortalecimento do grupo dirigente do Partido. Tal fato seria ratificado na I Conferência Comunista da América Latina, que reuniria 14 países e onde teriam boa acolhida as propostas apresentadas pela delegação brasileira, composta por Paulo de Lacerda, Leôncio Basbaum, Mário Grazzini e Danton Jobim.

É preciso que se destaquem ao menos dois aspectos dessa I Conferência. Primeiro: ela reafirmava a ideia do papel quase central da “questão camponesa” no movimento revolucionário dessa região. Como nos anos anteriores, o SSA/IC se apoiava numa leitura informada pelas teses da própria IC, nas quais o processo revolucionário no grupo dos países “semicoloniais” e “semifeudais” – a que pertenceria toda a América Latina – seria condicionado pela participação efetiva do “campesinato” como aliado do “proletariado” (urbano). A I Conferência, por exemplo, indicava como “tarefas imediatas”: luta contra os grandes proprietários, contra as sobrevivências feudais, contra as imposições fiscais, contra as empresas imperialistas que monopolizavam o comércio e exploravam os cam-

³ Parece que havia desde a década de 1910, ou seja, bem antes da fundação do PCB, uma significativa atuação de elementos do movimento operário em algumas zonas agrícolas no interior do país, especialmente naquelas próximas às estações ou entroncamentos ferroviários, como em São Paulo e no antigo estado do Rio de Janeiro. Há indícios, ainda longe de terem sido devidamente examinados, de que tais elementos pertenceriam ao Sindicato de Ferroviários das respectivas regiões. O próprio papel das ferrovias como meio de expansão das linhas de comunicação e de locomoção de militantes políticos não pode aqui ser desconsiderado. Jadir de Moraes observa que as Ligas Camponesas entraram em Goiás em meados dos anos 40, pelo trajeto da estrada de ferro (MORAES, 1999, p. 61). Tais questões ainda esperam ser melhor clarificadas por estudos que tratem dos movimentos do campo ocorridos na primeira metade do século XX no Brasil.

⁴ *La Correspondencia Sudamericana*, 30/09/1928, p. 14.

poneses, contra toda a “trava” a seu desenvolvimento, pela devolução de terras às comunidades, pela abertura de créditos agrícolas e pela criação de organizações para a distribuição e circulação de seus produtos. Segundo: ela consagrava um princípio que nortearia a atuação do PCB nas décadas seguintes. Em função de tal princípio, acreditava-se que haveria para cada setor dos trabalhadores do campo uma forma de organização “mais adequada”: para os “assalariados agrícolas” recomendava-se a criação de sindicatos; já para as categorias “não assalariadas” como “pequenos proprietários”, “posseiros”, “meeiros” e “camponeses”, propunha-se o estabelecimento de Ligas Camponesas. Porém – é importante que também se destaque – o SSA/IC também ressaltava a necessidade do estabelecimento de “alianças” entre essas duas formas de organização.⁵

Diante de tais “sucessos”, o grupo dirigente sentiu-se em condições de propor uma aliança formal com os “tenentes”, coisa que já vinha sendo tentada por Astrojildo Pereira desde o final de 1927, quando havia se encontrado na Bolívia com Luís Carlos Prestes. O Partido cogitava até mesmo em lançar aquele que liderou os “movimentos que sacudiram o Hinterland do Brasil” como candidato do Partido nas eleições presidenciais de 1930.

Só que este e muitos outros planos e projetos desse grupo dirigente seriam afetados por conflitos que passaram a ocorrer no interior dos mais importantes PCs da Europa, principalmente o Partido Comunista Russo (bolchevique) (PCR(b)). Conflitos estes que imprimiriam mudanças drásticas no interior do próprio Movimento Comunista Internacional. Mal tinha se encerrado o VI Congresso da IC, em agosto de 1928, e o PCR(b) se via às voltas com um sério embate entre os grupos de Stálin e de Bukharin. Este entendia que a economia mundial, que vivia naquele momento a “etapa” do “terceiro período”,⁶ caracterizava-se pelo aprofundamento de um “capitalismo organizado”. Já o primeiro grupo entendia que o “terceiro período” era o momento de agravamento da crise capitalista em todos os seus aspectos. Diante disso, os comunistas tinham como tarefa primordial se preparar para guiar as massas proletárias nes-

⁵ *La Correspondencia Sudamericana*, agosto de 1929, p. 23.

⁶ O primeiro período (1917-1924) era considerado como o de crise do capitalismo e Ascenso revolucionário; o segundo (1925-1928) era o de estabilização do capitalismo (KAREPOVS; MARQUES NETO, 2002).

se contexto de “crise revolucionária”, tornando-se por isso imperativo acentuar a ruptura com a social-democracia, que, assim como as outras frações da “pequena burguesia”, era vista como grande aliada do fascismo. Esta leitura sobre a conjuntura mundial prevaleceria não só no PCR(b) como também no Partido Comunista Alemão e, ao curso de cerca de um ano e meio, no conjunto do movimento comunista. No X Pleno da CEIC, em julho de 1929, Bukharin já não fazia parte deste organismo. Era o início de uma extensa e dramática série de expulsões e expurgos no Movimento Comunista Internacional, cuja primeira “vítima” tinha sido Trotski e que só seria interrompida com a eclosão da II Guerra Mundial.

Basicamente, a consolidação de tal posição representava o sepultamento da linha de “frente única”, que seria substituída pela linha de “classe contra classe”, cujo objetivo central era fomentar condições para a radicalização da classe operária em direção à tomada do poder. Qualquer aliança com a “pequena burguesia” era considerada um perigo de “direita”. Nestes termos, as sanções contra os comunistas que não evitassem tal perigo, a radicalização das tendências extremistas presentes em alguns dos partidos e o revigoramento de visões isolacionistas tornaram-se uma constante.

O SSA/IC, ao menos desde maio de 1929, já rendia apoio à “nova” linha ao “rechaçar” a fórmula do Kuomintang (que era a experiência mais emblemática de “frente única”, apesar de ter fracassado em 1927) e propugnar pela formação de soviets.⁷ Em vista disso, o SSA/IC publicou, em setembro de 1929, uma “carta aberta aos partidos comunistas da América Latina sobre os perigos da direita”, de modo a apontar aos PCs da região a forma como a “nova” linha deveria ser implantada. Para isso, três eram as “recomendações”: ruptura total com os partidos socialistas e reformistas e com os movimentos políticos pequeno-burgueses; maior atenção ao conteúdo agrário do movimento revolucionário na região e garantia de inserção de quadros egressos da “luta social” e de “origem proletária” na direção do Partido. Os comunistas brasileiros demonstravam certa resistência em seguir a orientação desse documento. Avaliavam que a linha política definida no III Congresso Nacional devia ser mantida, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento do

⁷ *La Correspondencia Sudamericana*, maio de 1929, p. 15.

BOC e à construção de um sistema de alianças antioligárquico, que englobava desde “tenentes” até “positivistas liberais”. No entanto, o III Pleno do Comitê Central do Partido, realizado em fins de outubro, com o objetivo de discutir a “Carta Aberta” e preparar o I Congresso do BOC, acabaria por ratificar as principais linhas do documento do SSA/IC: o plano de aliança com a “pequena burguesia” era abandonado. Eram considerados, a partir de então, como forças motrizes da revolução brasileira, o “proletariado”, os “assalariados agrícolas” e os “camponeses pobres”.

Em fins de novembro, representantes do PCB se reuniram em Moscou com elementos da direção da IC para discutir a situação do país e suas perspectivas revolucionárias. A orientação política do Partido determinada pelo III Congresso seria duramente criticada, conforme se pode ver na “Resolução da IC sobre a questão brasileira”. A IC demonstrava ter certeza de que da crise da agricultura cafeeira poderia emergir um movimento revolucionário das “massas operárias e camponesas”, bastando apenas que o PCB se adequasse a essa situação. Mas era fundamental, continuava a resolução, que o Partido fosse “depurado” dos elementos portadores de “desvios de direita” e que abandonasse por completo a política de alianças (WAACK, 1993, p. 30).

Um pleno ampliado do SSA/IC fora marcado para maio de 1930, em Buenos Aires. Os brasileiros neste encontro – Astrojildo Pereira, Octávio Brandão, Plínio Mello e Aristides Lobo – seriam duramente criticados, sendo os dois últimos expulsos do Partido. Ficaria estabelecido que o Partido estava vedado a qualquer tipo de aliança com movimentos de grupos da “pequena burguesia”, em especial o “prestismo”, sem falar da Aliança Liberal. Isso era certamente um duro golpe para a situação e a posição de Astrojildo Pereira e de todo o restante do grupo dirigente no interior do Partido. O pleno ampliado da direção nacional realizado logo depois confirmaria isso.

Nele, mudanças de fundo seriam realizadas: todo o antigo grupo dirigente – cuja maior parte tinha fundado o Partido – seria afastado de seus cargos, militantes foram expulsos ou se afastaram em represália à intervenção do SSA/IC e o BOC foi formalmente extinto. Iniciava-se o processo de “proletarização” do PCB, responsável, segundo Marly Viana, pela vulgarização, esquematização e dogmatização do marxismo.

Mediante este processo estruturava-se “uma forma de pensar sectária, que supria a falta de cultura política dos comunistas brasileiros pela aceitação religiosa de verdadeiros dogmas estabelecidos em Moscou” (VIANNA, 2003, p. 73).

Os anos 30: Prestes, ANL e os Primeiros Esboços das Ligas Camponesas

De 1930 a 1934, desenvolviam-se em paralelo dois processos que marcariam profundamente o PCB. De um lado, o Partido buscava fortalecer sua organização interna assim como sua política classista, que pressupunha se diferenciar frente aos líderes “pequeno-burgueses”, com Prestes à frente. De outro, o próprio “comandante militar rebelde”, asilado na Bolívia e depois na Argentina, aproximava-se da IC e da URSS, desde o segundo semestre de 1929.

Em maio de 1930, Prestes oficializava seu alinhamento com os comunistas ao manifestar uma leitura sobre a realidade brasileira muito próxima daquela que o PCB tinha amadurecido em seu III Congresso, sob inspiração das teses sancionadas pela IC no VI Congresso mundial. Assim como os comunistas, Prestes entendia que o Brasil era dominado por uma minoria “proprietária das fazendas e senhora dos meios de produção” e pelo imperialismo anglo-americano. Ao mesmo tempo, Prestes comungava com algumas das propostas de ação dos dirigentes comunistas: além de considerar que a vitória sobre as forças feudais e imperialistas só poderia se dar por meio de uma “verdadeira insurreição generalizada”, Prestes ainda acrescentava que “as possibilidades atuais de tal revolução” eram “as melhores possíveis”.⁸ No entanto, a direção do PCB continuaria recusando sua filiação, o que era por sinal perfeitamente coerente com o isolacionismo social por ela pregado. Prestes então, já em Buenos Aires, seria acolhido pelo SSA/IC.

Poucas mudanças se observariam em relação à atuação no campo. De fato, a IC e seus órgãos continuavam a divulgar, em 1930, teses e diag-

⁸ “Manifesto de Luís Carlos Prestes”, in TÁVORA, 1994, p. 344-348.

nósticos que já vinham sendo amadurecidos há pelo menos dois anos, como o do papel central dos camponeses nos movimentos revolucionários do grupo de países coloniais, semicoloniais e dependentes. No seu “Projeto de Teses sobre o movimento revolucionário da América Latina”, por exemplo, a IC afirmava entre outras coisas que, das três classes que tomam uma parte ativa no movimento revolucionário na América Latina – “pequena burguesia”, “camponeses” e “proletariado”, “os camponeses pobres e o proletariado agrícola constituíram-se, quase em toda parte, a mola mais possante do movimento revolucionário”. Tal ideia informava explicitamente algumas das diretrizes contidas no projeto de “Resolução da IC sobre a questão brasileira”, a serem adotadas pelo PCB. A comissão da IC encarregada da redação do documento era enfática: “Façam exigências genéricas sobre revolução brasileira, sobretudo luta contra imperialismo, confisco e repartição de terras estatais entre camponeses na base de soviets. Para os camponeses, a palavra de ordem é tomada imediata da propriedade do solo” (WAACK, 1993, p. 30). Um detalhe importante é que a insistente proposta de criação de soviets e grupos armados de autoproteção levava a considerar o movimento camponês quase que unicamente como um vetor da insurreição armada.

Tais diretrizes, transmitidas diretamente pela IC, certamente influíram na mudança verificada na imprensa e nos documentos do PCB em relação à ênfase com que eram divulgadas as propostas de organização dos trabalhadores do campo. Diferentemente dos anos anteriores, menções às Ligas Camponesas passaram a ser mais constantes, mesmo que dissessem mais respeito à intenção de criá-las do que propriamente às já existentes. Ao mesmo tempo, os pronunciamentos do PCB passam a consagrar a ideia da insurreição armada como a mais eficaz solução para os problemas do campo. Parece ter sido esse o sentido de uma reportagem de julho de 1930 do jornal comunista Classe Operária sobre os protestos de “pequenos lavradores dos arredores de Nichteroy” contra uma resolução do governo do estado do Rio, que determinava a cobrança de um “imposto de viação”. “Revoltados”, os “pequenos lavradores” decidiram suspender as vendas de suas mercadorias para o então Distrito Federal e “Nichteroy”. Querendo manifestar a sua solidariedade, o jornal dizia-lhes:

Companheiros! Organizai-vos em comitês de luta, em conselhos locais e na Liga dos Pequenos Lavradores e Camponeses!

“Companheiros! Organizai-vos e armai-vos! Lutai por todos os meios, com todas as armas, em prol dos vossos interesses, na defesa da vossa vida e da vida dos vossos filhos! Lutai com energia e com decisão, expulsando os grandes proprietários e tomando para vós a terra que regais com o suor do vosso rosto.”⁹

No plano externo, o mais importante evento do início da década de 1930 seria o Golpe de Estado que derrubou o governo do partido radical da Argentina. Isso obrigou a transferência do SSA/IC e de Prestes para Montevidéu, no Uruguai. O primeiro foi reorganizado com o nome de Bureau Sul-Americano da IC (BSA/IC) e passaria a controlar mais de perto os partidos filiados, mandando militantes (especialmente uruguaio e argentinos) para realizarem trabalhos de orientação em outros países. Já Prestes, além de estudar com afinco algumas obras de Marx, Engels e Lênin, ainda tentava durante sua rápida passagem na capital uruguaia ter sua filiação aceita pelo PCB, o qual sempre relutava em incluí-lo em suas fileiras. Apesar disso, Prestes não desanimava no esforço em se aproximar da IC, e por isso mesmo embarcou com sua família para Moscou em outubro de 1931. Lá permaneceria por pouco mais de três anos.

Pode-se dizer que o PCB passaria os primeiros três anos da década quase que tomado pelos conflitos internos em torno da linha política de “classe contra classe”, adotada desde o afastamento do antigo grupo dirigente, em 1930. O Pleno do Comitê Central de janeiro de 1932 confirmaria esta linha e a exclusão – algo frequente neste período – de vários militantes identificados com os “desvios de direita” e com o “prestismo”. O Partido encontrava-se, além de paralisado, praticamente desmantelado quando a IC nele interviu para reorganizá-lo, no final de 1933.

Em princípios de 1934, o BSA/IC realizaria uma reunião sobre os problemas da América Meridional centrada na discussão da questão agrária. Ao fim do evento, elaboraria um longo documento sobre “A situação

⁹ *Classe Operária*, 03/07/1930, p. 3.

dos camponeses no Brasil”, que sublinhava o caráter antifeudal e antimperialista da revolução democrático-burguesa no Brasil e insistia em afirmar que o “proletariado agrícola” era o principal aliado da classe operária, mas insistia também que os “pequenos e médios proprietários” deveriam ser atraídos para a luta contra o “feudalismo” e o “imperialismo”. Contudo, apesar de considerar o Brasil como a “China do Ocidente”, o próprio documento reconhecia que a “penetração” do PCB junto ao “setor camponês” ainda era muito fraca. Uma das razões, segundo o documento, teria sido a subestimação do “potencial revolucionário” do campo e das “revoltas camponesas” (WAACK, 1993, p. 55). A outra teria sido a condução imprimida por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão na direção do Partido (DEL ROIO, 2002, p. 107).

A questão agrária voltaria a ser objeto de extensas discussões na III Conferência Comunista da América Latina, em outubro do mesmo ano. Mas antes de tratarmos desse evento, é necessário que recuperemos alguns aspectos do (conturbado) contexto nacional e internacional no qual o movimento comunista estava inserido.

A ascensão do fascismo, ao invés de criar condições para a efetivação da linha de “classe contra classe”, levaria ao surgimento de movimentos operários e intelectuais que retomavam com força a fórmula da “frente única”. Foi o que ocorreria na França, Áustria, Holanda, Itália e Espanha (IDEM). Nesta, a Insurreição nas Astúrias impulsionaria uma aliança momentânea entre as Internacionais Comunista e Operária Socialista. Na França, a unidade de ação entre comunistas e socialistas daria forma à Frente Popular, em 1935.¹⁰

Devido à falta de debate no interior do movimento comunista quando da implantação da ditadura stalinista na URSS, seria muito sinuosa a recuperação da linha de “frente única”: a paralisia teórica impedia que os delegados vissem que, no plano da práxis, o próprio movimento operário tinha rejeitado a linha “ofensivista”, que, entre outras coisas, pregava o isolamento do proletariado diante de outras forças, fossem progressistas ou não. O impasse criado no interior da IC, a partir de então, fez com que a data do seu VII Congresso, inicialmente marcada para agosto de

¹⁰ Não se pode deixar de destacar que a primeira aliança de forças antifascistas deu-se na Holanda em 1932, por meio do movimento intelectual Amsterdã-Pleyel, que agrupava comitês de luta contra a guerra e o fascismo (IDEM).

1934, fosse adiada (IBIDEM). Mas como era grande o número de delegados – incluída toda a cúpula do PCB – que tinha se deslocado a Moscou para participar de conferências preparatórias, o BSA/IC resolveu organizar uma reunião com delegados dos países latino-americanos, a fim de discutir a situação política do Continente e traçar novas diretrizes para a “ação revolucionária”. Essa reunião ficaria conhecida como a Terceira Conferência dos Partidos Comunistas da América do Sul e do Caribe (VIANNA, 2003, p. 74). A totalidade desses delegados tinha sido escolhida de acordo com a fidelidade demonstrada em relação à linha da “classe contra classe”. Isso era um fator decisivo para que as propostas relativas à retomada da “frente única” sofressem fortes resistências. Por conseguinte, prevaleceriam as propostas pautadas no voluntarismo e no sectarismo, típicas da linha “ofensivista” de então. E nesse mister, o papel desempenhado pelos delegados brasileiros seria de considerável relevância.

Diante de Dimitri Manuilski, responsável da seção da IC encarregada dos assuntos da América Latina, Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”, secretário-geral do PCB, afirmaria que um movimento generalizado das massas operárias e camponesas estava prestes a eclodir no Brasil. Miranda apenas repetia o principal ponto da orientação consagrada na I Conferência Nacional de julho de 1934, pela qual se entendia que já havia em gestação no país uma situação pré-revolucionária que deveria culminar, em curto prazo, numa insurreição de massas (DEL ROIO, 2002, p. 57). Ocorre, porém, que Miranda incluía em seu informe um “fato” novo: o Partido já tinha, segundo ele, forte organização em todo o Território Nacional, estando por conta disso plenamente pronto para dirigir as insurreições que se “mostravam” tão próximas. É difícil avaliar até hoje por que ou o que teria levado Miranda a apresentar um informe, que poderíamos dizer no mínimo, tão otimista. Uma resposta possível, entre tantas, é que o PCB tenha se excedido em mostrar serviço à cúpula da IC. Vimos anteriormente que esta, por meio da resolução dirigida em forma de carta ao PCB, no início de 1930, criticava a direção do Partido pela sua pouca inserção no campo. Por isso mesmo, a IC se dispôs a apresentar instruções detalhadas a serem seguidas pelos comunistas brasileiros. A primeira era de que deviam se concentrar em duas “regiões agrárias” específicas (São Paulo e Nordeste), procurando “recrutar militantes nesses distritos, apoiar seu trabalho, distribuir lite-

ratura, organizar o movimento”. Ao descrever o “método” por meio do qual tal trabalho teria que ser efetivado, a IC retomava o exemplo chinês como parâmetro a ser seguido. A luta empreendida pelos comunistas chineses contra o Kuomintang se constituía aos olhos dos dirigentes da IC num verdadeiro modelo insurrecional a ser aplicado nos países semicoloniais. Mas havia um elemento em particular cuja implementação era insistentemente proposta ao PCB: a criação de “comitês de luta camponesa”. Para a IC eram as “melhores organizações para liderar a luta dos camponeses” (WAACK, 1993, p. 55). Isso demonstra que uma das consequências da consolidação do “exemplo” chinês como um paradigma, em torno do qual os comunistas brasileiros deveriam pautar suas ações e reflexões, seria justamente reduzir (e confundir) a “Questão Camponesa” a um problema da constituição de guerrilhas rurais.

A segunda “instrução” exortava o PCB a estabelecer “contatos mais estreitos com o movimento cangaceiro”, devendo ainda “postar-se à frente de sua luta, dando-lhe o caráter de luta de classes, e em seguida vinculá-lo ao movimento geral revolucionário do proletariado e do campesinato do Brasil” (IDEM).

A atitude da direção do Partido foi simplesmente incluir, sem nenhum questionamento ou esforço de adequação, as “instruções” da IC em seus documentos políticos. Além disso, a preocupação em cumprir à risca tais “instruções” levou o Partido a considerar os “cangaceiros” como uma espécie de terceiro grupo do setor dos trabalhadores rurais, tão importante quanto os “camponeses” e “assalariados agrícolas”. Seriam esses três grupos, segundo a Declaração do Comitê Central de agosto de 1934, que deveriam compor os “comitês armados (...) para resistirem aos despejos por falta de pagamento de dívidas e arrendamentos, aos ataques dos capangas e polícias dos fazendeiros e do governo, bem como para garantir a posse de suas terras, tomar e dividir entre si as terras dos grandes proprietários” (CARONE, 1982, p. 152).

Meses depois, em outubro, os delegados brasileiros presentes em Moscou, preocupados em demonstrar seu esmero no cumprimento das “lições” da IC, centrariam as suas falas exatamente na atuação do PCB no campo. Manuilski certamente deve ter tido a impressão de que todos os problemas identificados até o início do ano tinham sido completamente resolvidos pela cúpula pecebista. Nos relatos de Miranda – os quais de-

pois do malogro de 1935 ficariam conhecidos pelo sugestivo nome de “informes-baluartes” – era o campo o lugar em que seria evidente essa “situação revolucionária”, pois, asseverava ele,

Em todos os estados do Brasil há camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos, nas fazendas e usinas, que querem pegar em armas. Em todos os estados do Brasil somos expulsos de nossas terras, sítios e roças. Nosso território é imenso e dentro dele há exemplo de Canudos, Contestado, Juazeiro do Padre Cícero, Princesa e milhares de outros lugares, há exemplo da gloriosa Coluna Prestes, sabemos lutar muito bem, nos defender e avançar (VIANNA, 1995, p. 32).

A conjuntura parecia ser tão favorável que até Lampião e seus cangaceiros, ou melhor, “partidários” estavam dispostos a seguir as ordens do PCB. Continuava Miranda:

Numa só província da Bahia os guerrilheiros constituem destacamentos de 1.500 pessoas armadas de metralhadoras, providas de caminhões etc. (...) Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanhas correm de boca em boca, como atos arrojados de defensores da liberdade, defensores da vida do camponês (...), que buscam o Partido Comunista, cuja autoridade cresce no campo (IDEM, p. 76).

Talvez o mais curioso nisso tudo fosse o fato de tal leitura “insurrecional” estar perfeitamente em sintonia com as interpretações de Prestes, em que pese este ainda ter sua filiação recusada pelos dirigentes do Partido. Num artigo publicado em abril de 1934, intitulado “A luta dos camponeses brasileiros”, Prestes ratificava a ideia de que fosse o cangaço um tipo revolucionário de insurreição camponesa, perfeitamente possível de ser canalizado pelo PCB (DEL ROIO, 1990, p. 268-269). Outro ponto em comum era o fascínio em relação à experiência chinesa: uma

das deficiências da Coluna Prestes teria sido, justamente, segundo ele, não ter organizado os “elementos camponeses, seguindo à sua maneira um ‘caminho chinês’ de desenvolvimento” (WAACK, 1993, p. 55). Mas tanto uma como a outra afirmação reforçavam um tipo de leitura sobre a “Questão Camponesa” que já vinha vigorando desde o início da década de 1930 com a expulsão do antigo grupo dirigente: a atuação do Partido no campo deveria se dar exclusivamente em função da promoção de movimentos insurrecionais com vistas à tomada do poder. O grande problema é que o PCB pouco atuava nesse sentido na prática, resumindo-se a tentar fazer ver, com grande dose de voluntarismo, que as lutas existentes no campo – ao que parece, com quase nenhuma participação do Partido – estariam confirmando a validade e pertinência das diretrizes “sugeridas” pela IC.

Mas a IC tinha consciência dessas “deficiências”. Como revelaria Manuilski no discurso realizado na própria Conferência. Apesar de considerar que “os camaradas brasileiros não exageram sobre o amadurecimento da situação revolucionária em seu país” – até porque, segundo ele, já estava “de fato em andamento uma guerra civil” no país –, o delegado lituano apontava algumas dificuldades que ainda entravavam os planos do Partido: a inexistência de grandes lutas no país (que se chocava com ideia de uma guerra civil em andamento), a falta de controle sobre os sindicatos e a frágil ligação com o Exército (VIANNA, 2003, p. 77-78).

Havia também outro problema que na visão de Manuilski era o mais importante de todos: a ainda pouca inserção do PCB no campo. O que era muito grave em se tratando de um país “colonial”, cuja revolução, para que acontecesse, deveria contar com o apoio das “massas camponesas”. Manuilski sabia que a aliança operário-camponesa ainda não tinha saído do papel no Brasil. Um país em que não faltavam as semelhanças, em termos de condições políticas e sociais, com a China e a Rússia Tzarista. Talvez com certo pesar, o representante da IC era obrigado a dizer aos delegados do PCB que eles

ainda não têm os camponeses no bolso. Parte dos camponeses segue Lampião e outra parte segue alguns elementos prestistas, e nosso camarada Prestes tem seguidores entre os camponeses. [...] A questão dos ín-

dios. Vocês não têm os índios no bolso, eles estão sob a influência de mitos religiosos, de caciques etc. Este é um aspecto muito difícil do trabalho (IDEM).

No final das contas, os sentimentos de otimismo e empolgação incitados pelo relato de Miranda acabaram prevalecendo sobre os receios de alguns representantes da IC, tanto assim que esta se decidiria pela transferência da sede do BSA/IC para o Rio de Janeiro (DEL ROIO, 2002, p. 108).

Contudo, os relatos de Miranda certamente não seriam o único motivo para que isso tenha ocorrido. Assim como em muitos países da Europa e da própria América Latina, o Brasil via crescer movimentos voltados para a formação de frentes populares como reação ao crescimento do fascismo. Segundo Del Roio, a “crescente radicalização política e os seguidos conflitos de rua que opunham fascistas e antifascistas ofereceram condições para uma ampla aglutinação de forças nacional-populares, que iria desembocar na formação da Aliança Nacional Libertadora” (IDEM). Na verdade, esta era um desdobramento de uma Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), criada em novembro de 1934, com grande apoio do PCB, para a investigação das fontes de financiamento da Ação Integralista Brasileira (AIB) e sua suposta responsabilidade por ações violentas, algumas resultando em mortes. Em torno da CJPI, que era originariamente composta por juristas e por intelectuais, foram se alinhando várias organizações antifascistas e formando-se novos comitês de frente única envolvendo sindicatos, militares, advogados, professores, parlamentares, imprensa, estudantes, grupos espíritas, ateístas e positivistas; mas já aqui se vislumbrava o papel hegemônico exercido pelos comunistas. Foi certamente um fator relevante para que os comunistas conseguissem, quando da fundação da ANL, em 23 de março de 1935, imprimir seu programa antilatifundiário, antimperalista e antifascista como a linha oficial da organização recém-criada: por uma revolução democrática, pela nacionalização das empresas imperialistas, pela suspensão das dívidas externas, pelo fim do latifúndio e pela instauração de um “governo popular” – essas eram as bandeiras dos “aliancistas”, bandeiras pensadas como capazes de estabelecer uma união entre organizações e indivíduos de várias concepções polí-

tico-filosóficas, que ia do marxismo até o positivismo, do comunismo até o liberalismo. Uma semana depois, Luís Carlos Prestes – já filiado ao PCB por imposição da IC – era proclamado seu Presidente de Honra.

Segundo Del Roio, a ANL recuperava a perspectiva estratégica do BOC e do antigo grupo dirigente, ao realizar na prática uma aliança entre parcelas da classe operária e das camadas médias urbanas (IDEM, 55). Contudo, a sua direção insistia em não ver as diferenças entre a linha política de “classe contra classe”, com sua perspectiva insurrecional de curto prazo, e a da “frente única popular”, que implicava um longo e árduo trabalho de articulação e de acumulação de forças, requisitos de uma consistente frente popular. Na verdade, o Partido tentaria conciliá-los num mesmo discurso. Por conseguinte, se a ANL insistia no tema do respeito à Constituição, ao mesmo tempo ela proclamava a tomada imediata do poder: “Todo o Poder à ANL” – era a sua palavra de ordem. Ou seja, na perspectiva dos dirigentes comunistas, a via liberal-democrática e a via insurrecional – de forte matiz leninista – passariam a ser faces de uma mesma moeda.

Essa ambiguidade (insurreição armada imediata/acumulação de forças) é plenamente reconhecível ao se ler as análises do Partido sobre a “questão camponesa”. Mas é importante que se frise de antemão que, com o surgimento da ANL, o elemento “camponês” passou a ter, como nunca visto antes, um papel central na estratégia revolucionária dos comunistas brasileiros. As insistentes analogias feitas tanto por pecebistas quanto por representantes da IC entre a ANL e o Kuomintang chinês da década de 1920 levavam a que fosse vista como imprescindível “a entrada das mais largas massas camponesas” nas lutas contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo.

Mas, se em termos teóricos, o papel a ser desempenhado pelos “camponeses” numa revolução era plenamente reconhecido, na prática, os comunistas brasileiros sabiam que muito ainda tinha que ser feito para a efetiva incorporação daqueles ao processo revolucionário. Num documento de julho de 1935, o Partido destacava o fato de haver rompido com “algumas incompreensões que predominavam no passado” em relação aos “camponeses”. Porém reconhecia que a sua atuação ainda era “muito débil” no campo, o que tornava imperativo a preparação de “quadros de dirigentes e ativistas” para desempenhar esta tarefa (VIANNA,

1995, p. 76-77). Aparentemente, o Comitê Central se pautava na perspectiva de um trabalho de organização e estruturação a longo prazo. Aparentemente apenas, pois logo a seguir – no mesmo documento – afirmava não ser “indispensável, em algumas áreas, a criação de organizações (ligas camponesas, comitês da ANL e sindicatos de assalariados agrícolas)”. “Os camaradas devem compreender”, salientava a direção do PCB, “que é chegado o momento de romper com a tendência de organizar os camponeses para esperar a revolução e desde já iniciar a luta em toda parte onde elas forem possíveis, sem receio nenhum de ir às lutas armadas e guerrilhas”. Essa ambiguidade aparecia de forma mais acentuada num documento anterior do mês de maio. Nele lemos que a “primeira tarefa” do Partido era

ir aos campos desde já, organizar amplos organismos de camponeses, ligas, comitês, sindicatos de assalariados agrícolas, organizar e desencadear as lutas dos camponeses e dentro desses organismos de massa e através dessas lutas ir, desde já, formando o Partido com comunistas que aprendam a trabalhar na organização das massas e que se salientem na direção das lutas (IDEM).

Porém, seus militantes eram instados a

não entravar as lutas nos campos, procurando desencadear-las o mais possível em todo o país, greves, lutas armadas com guerrilhas e ligar essas lutas com as dos transportes, dos operários das fábricas e com a massa popular das cidades. A partir das reivindicações menores, levar a luta dos camponeses até a tomada das terras e a garantia desse ato com armas nas mãos (IDEM).

Mas não eram apenas os comunistas brasileiros que tinham noção das suas próprias dificuldades. A IC também estava bem interada a esse respeito. Harry Berger, um observador da IC, reconhecia que, “nas cida-

des, podemos dizer que estamos mais ou menos bem representados. Fraco é, porém, o trabalho no campo. Este é o decisivo ponto fraco de todo nosso trabalho. Todo o resto vai relativamente bem, em parte até muito bem”.¹¹ Contudo, tal como os pecebistas, os homens da IC também formulavam análises e diretrizes muito ambíguas, onde elementos da linha de “classe contra classe” coexistiam com elementos da linha de “frente popular”. Berger estava convicto, por exemplo, que “os camponeses, na sua luta contra o feudalismo, vão organizar ligas camponesas, comitês camponeses e destacamentos de guerrilheiros que serão outro apoio do governo popular nacional revolucionário”.

Ao decretar a ilegalidade da ANL em julho de 1935, o governo Vargas contribuiria para a saída dos “aliancistas” que ainda acreditavam na via institucional. Consequentemente, os comunistas se viam fortalecidos. Mais do que nunca, a via insurrecional ganhava força e triunfava sobre a ideia de “frente popular”. Outro fator que concorreu para isso foi a grande leva de jovens militares que se filiaram ao PCB. Tal evento fez com que se amadurecesse a ideia de que a ANL estava perto de conquistar o apoio da maioria do Exército, o que só aumentaria a convicção de que já havia condições para o desencadeamento de uma insurreição popular (DEL ROIO, 2002, p. 58-59).

E, certos disso, os comunistas iniciariam a insurreição em Natal (RN), no dia 23 de novembro, e em Recife (PE), no dia 25 seguinte. As consequências e repercussões já são por demais conhecidas. Em pouco tempo os comunistas (incluindo o BSA/IC) e sua exígua base de apoio foram desmantelados. Contando com valiosa colaboração da Gestapo,¹² a polícia conseguiria em menos de seis meses efetuar a detenção de praticamente todo o escalão dirigente do PCB e do BSA/IC (DEL ROIO, 2003, p. 114).

Ainda em 1935, os poucos membros que ainda conseguiriam fugir ao cerco policial procuravam elucidar os fatores responsáveis pelo fracasso da “Intentona” de novembro. Para a direção do Partido, o principal fator residia no campo, onde “o trabalho camponês nosso ainda é muito débil,

¹¹ “Carta de Harry Berger à Internacional Comunista (27-06-1935)”, *apud* VIANNA, 1995, p. 431.

¹² Diorge Alcenio Konrad (2004) defende a tese de que o governo brasileiro contou com valiosa contribuição do Intelligence Service Inglês.

pouco organizado mesmo nos lugares onde temos mais forças e onde se fez mais agitação. Temos que ir aos campos, desde já organizar as lutas dos camponeses e passar das palavras a ações mais concretas no trabalho revolucionário nos campos”. Nesse diagnóstico, a linha insurrecional adotada pelo Partido não era objeto de qualquer correção. Ao contrário, propunham-se justamente medidas que garantissem sua efetiva implementação como a “eleição” de zonas camponesas para que os comunistas pudessem concentrar seus esforços no trabalho de arregimentação de camponeses (VIANNA, 1995, p. 179-80). Medida que por sinal se inspirava abertamente no exemplo chinês de criação de sovietes de base camponesa.

Logo após a prisão de Prestes, em março de 1936, a direção do PCB transferiria-se para o Nordeste. Em abril a palavra de ordem “Todo o Poder à ANL” era retirada. Aparentemente, a linha insurrecional era sepultada. Aparentemente, uma vez mais. O novo Comitê Central, tendo Lauro Reginaldo da Rocha (“Bangu”) como secretário-geral, numa direção composta por nomes como Honório de Freitas Guimarães (“Martins”), Deícola dos Santos (“Tampinha”), Osvaldo Costa (“Tamandaré”), Eduardo Ribeiro Xavier (“Abóbora”), Elias Reinaldo da Silva (“André”), José Cavalcanti (“Gaguinho”) e Francisco Lira (“Cabeção”) (DEL ROIO, 2002, p. 60; RODRIGUES, 1986, p. 379), afirmaria que o Levante de novembro tinha sido na verdade um grande sucesso.

O Imediato Pós-35

Num tom abertamente *triumfalista*, o Secretariado Nacional afiançava que a popularidade do movimento de novembro e da ANL, assim como a “autoridade” do PCB, “crescia enormemente” (PRESTES, 2001, p. 20). A ferocidade com que o governo reprimia tanto o movimento como o Partido não passaria de um pequeno contratempo, nada que pudesse fenecer a convicção no seio das “massas” de que a ANL e a linha por ela adotada eram o caminho a seguir para a libertação do país. O “testemunho” de janeiro de 1936 de João Lopes, o “Santa”, a respeito do que tinha se pas-

sado no Rio Grande do Norte é, no mínimo, revelador. Assim nos contava Santa:

O que vi em toda parte é muita satisfação do povo sobre esta arrancada da ANL; nas cadeias todos animados e satisfeitos. Vi grande quantidade de jovens na cadeia alegres, dando vivas à ANL, a Prestes e ao PC (...) os camponeses lutando com armas na mão e lenço vermelho no pescoço e fita vermelha no chapéu; as casas dos camponeses enfeitadas de bandeiras vermelhas de papel nas portas (VIANNA, 1995, p. 220-221).

Mesmo o Comitê Regional de São Paulo, que rivalizava com o Secretariado Nacional sediado no Nordeste, também insistia em avaliar a situação brasileira como “revolucionária”, apostando que o Governo Vargas seria derrubado por meio da luta armada e que o Partido tinha condições de desencadear lutas guerrilheiras em alguns pontos do país. Sobre isso, Anita Prestes nos apresenta um importante depoimento de Tito Batini, na época militante comunista em São Paulo. Ele nos conta que, logo após o Levante de 1935, fora enviado pela direção nacional do PCB para Goiás, a fim de estabelecer relações com Pedro Ludovico, o governador daquele estado, considerado um “aliancista”, e o ex-tenente da Coluna, Athanagildo França: “A ordem é desencadear uma guerra de guerrilhas acenando aos camponeses a reforma agrária. Ludovico e França tenta[va]m me convencer do contrário: a população está[va] tão somente preocupada com a iminente mudança da capital para Goiânia” (PRESTES, 2001, p. 21).

O certo, entretanto, é que a “Questão Camponesa” tinha tanto para uma como para outra corrente um papel estratégico na revolução que parecia estar a caminho. Nesse sentido, além da constituição de guerrilhas, os comunistas ainda destacavam a importância de se criarem Ligas Camponesas para “pequenos sitiantes e “camponeses” (“pequenos, médios e ricos”). Diferente-mente dos anos imediatamente anteriores, as Ligas não eram vistas apenas como um simples instrumento voltado para facilitar o levantamento de guerrilhas.

Mesmo que continuassem a enfatizar, ainda numa perspectiva insurrecional, “a necessidade da derrubada de Getúlio, Sales e seus comparsas”, os comunistas voltavam a se preocupar com a questão da “defesa dos direitos” dos trabalhadores do campo. Mais do que viabilizar o armamento puro e simples dos camponeses, as Ligas Camponesas deveriam possuir “programas concretos de luta contra os altos impostos, as taxas sobre o produto, as altas tarifas e fretes das estradas de ferro, contra os intermediários que lhes pagam uma miséria pelo produto, contra os latifundiários que lhes roubam as terras”.¹³ Retomava-se desse modo a antiga pauta de questões e reivindicações “camponesas” – ensaiada nos debates internos do Partido na segunda metade da década de 1920 e que estava bem mais próxima da realidade do campo e dos “camponeses” – que tinha sido obscurecida pelo voluntarismo imprimido pelo grupo dirigente que substituíra aquele encabeçado por Astrojildo Pereira. Aliás, as linhas gerais de tal pauta marcariam presença em vários movimentos de trabalhadores rurais pelas décadas seguintes.¹⁴

A partir de 1937, o Secretariado Nacional começaria a cogitar uma aproximação com Vargas. Em março desse ano, os principais dirigentes do PCB lançariam um documento intitulado “Ganhemos as municipalidades para a democracia!”. A fim de combater o “sectarismo” e o “esquerdismo”, criticariam as tentativas anteriormente empreendidas de desencadear lutas guerrilheiras. A linha insurrecional dava lugar à “luta por objetivos que pudessem ser resolvidos nos marcos da ‘democracia burguesa’ e não pelos soviets”. O voluntarismo expresso nas ações armadas era substituído por um discurso que enfatizava a necessidade de “reeducação dos seus quadros no sentido do trabalho legal de massas e na preparação do povo para a luta pela democracia, contra o fascismo e o imperialismo” (IDEM, 26 e 28). Outro aspecto importante dessa nova orientação é que o Partido deixava a “Questão Camponesa” em segundo

¹³ *Classe Operária*, julho de 1936, p. 4.

¹⁴ A bibliografia sobre movimentos de trabalhadores rurais a partir da década de 1950 é extensa. Entretanto cito apenas alguns estudos que analisam de forma mais detida o papel que reivindicações contra impostos, altas taxas de arrendamento e contra outras ações de “latifundiários” tiveram no processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais: MEDEIROS, 1989 e 1995; CHAIA, 1980. AZEVEDO, 1982; CASTELLO BRANCO, 1987. As reivindicações por medidas contra intermediários também foram marcantes no movimento de pequenos lavradores do Sertão Carioca (zona rural da cidade do Rio de Janeiro), a esse respeito ver SANTOS, 2005.

plano e passava a considerar a burguesia industrial como a principal força motriz da revolução brasileira. A luta que seria defendida nesse momento era a da industrialização.

Os Anos 40: o PCB como Partido das Massas, da Cidade e... do Campo!

A repressão do Estado Novo contra os comunistas voltaria a toda carga no momento em que o regime demonstrava algumas afinidades com o eixo nazifascista. Em abril de 1940, quase todos os integrantes da direção seriam presos. O Partido estava literalmente paralisado, situação da qual se livraria apenas a partir de 1943, na Conferência da Mantiqueira, com a formação de um grupo dirigente encabeçado por Luís Carlos Prestes ainda na prisão. De certo modo, esse grupo chancelaria a linha que começava a ser sinalizada pelo grupo do Nordeste desde os últimos anos da década de 1930 e que consistia no apelo à união nacional em torno de Getúlio Vargas.

A linha insurrecional parecia ser algo pertencente a um passado bem remoto, devidamente sepultado por uma realidade que exigia bastante comedimento e muita reflexão antes de qualquer passo a ser dado. Os comunistas – e muitos outros – acreditavam realmente que se vivia em tempos de paz: “Com a vitória sobre o nazismo, entramos realmente numa nova época. Terminou o período de guerra e começou o período do desenvolvimento pacífico” – bradava o “Guia Genial dos povos”, Iosif Stálin (CARONE, 1982, p. 30). O próprio Prestes, em seu “Projeto de Declaração da ANL e do PCB” de 1944, garantia que “somos no momento radicalmente contrários a qualquer luta contra o governo constituído e estamos certos de que esta é também a opinião da maioria esmagadora da Nação” (CORDEIRO, 2003, p. 13).

Esta seria uma das faces mais visíveis do discurso que os comunistas brasileiros sustentariam nos primeiros acordos da “redemocratização” (outra convicção intensamente difundida nessa época) inaugurada com o fim do Estado Novo. Isso só vinha reforçar a opção pela linha da “união

nacional para a democracia e o progresso”, apresentada pelos comunistas como um “gesto de lealdade e de superior patriotismo”, pelo qual estendiam a “mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros”, seja qual fosse “sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos”.¹⁵ O PCB passava a ser, portanto, o mais novo paladino da ordem política e da paz social.

Mas isso não impedia que o mesmo propugnasse por mudanças. E esta era a outra face visível do seu discurso: a luta pela eliminação, “dentro da ordem e da lei”, dos restos feudais e fascistas ainda existentes no país, e que tinham o “monopólio da terra” como seu maior emblema. A seu ver, a terra na mão de “uma minoria privilegiada” impedia a “elevação do nível de vida das grandes massas do campo” (VINHAS, 1982, p. 109). O potencial desestabilizador do “latifúndio”, encarado como uma grande ameaça à ordem e à paz sociais tão almejadas, permitia que os comunistas reivindicassem medidas que pudessem pôr em xeque o cerne da estrutura de dominação que ainda vigorava no país. Esse era o programa para o campo: maior controle do sistema fundiário por parte do Estado; maior fomento à agricultura voltada para o mercado interno; entrega de terras a “famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente”; apoio ao cooperativismo, pelo crédito barato e, “se possível”, sem juros; auxílio financeiro e técnico; fixação de preço mínimo para a produção pelo governo etc. (CARONE, 1982, p. 33-35).

De um lado a defesa da paz, do respeito intransigente à ordem (apertando o cinto e a barriga se fosse preciso, como diria Prestes num comício realizado em São Paulo, em 1945) (IDEM), da busca patriótica da união nacional. Do outro, os insistentes apelos por mudanças e medidas contra o fascismo e os “agentes do capital estrangeiro mais reacionário”. Mas em meio às ambiguidades presentes em seu discurso, o PCB implementava, em diversos pontos do país, uma agressiva política de arregimentação e incorporação de indivíduos e grupos da sociedade civil na rede de organizações políticas sob sua influência, que abarcava desde as grandes confederações sindicais até as pequenas células e comitês de bairro. Junto com seu fortalecimento no plano dos movimentos sociais, seus dirigentes também almejavam alavancar o nome do Partido no

¹⁵ “União Nacional para a democracia e o progresso”, *apud* CARONE, 1982, 31.

plano político-eleitoral. De fato, o PCB estava decidido a se transformar num partido de massas. Tendo isso em vista, o Partido passava a se preocupar não apenas com as grandes questões e desafios nacionais, mas também com as reivindicações locais (“práticas e imediatas”), restritas ao plano do bairro, da fazenda ou até mesmo de uma única rua.

As formas organizativas de base mais utilizadas para a implementação dessa política no meio urbano seriam os Comitês Democráticos Populares, que tinham como principais objetivos: organizar um plano de reivindicações locais realizáveis; coletar dinheiro; e realizar “toda a propaganda a seu alcance”. Interessante observar que, no caminho percorrido para a realização do primeiro objetivo, os comunistas buscavam persistentemente articular discussões “gerais” e “locais”: era comum nos encontros ou assembleias ali realizados debaterem-se lado a lado temas que iam desde a União Nacional, eleições “livres e honestas”, desenvolvimento industrial das nações, campanha anti-integralista, até temas de interesse restrito ao âmbito do bairro como a necessidade de concerto de estradas, calçamentos e encanamentos d’água, limpeza das ruas; a construção de escolas, maternidades, ambulatórios, mercados locais, escadarias, pontes; a organização de feiras livres; o problema da falta de água e leite; a criação de linhas de ônibus etc.

Igualmente interessante era a tentativa dos diretores desses Comitês em harmonizar o trabalho de formação política com a promoção de serviços assistenciais e de lazer. Junto com os debates políticos, os Comitês viabilizavam a prestação de serviços à população, como cursos de corte e costura, formação de bibliotecas, cursos de alfabetização, teatro, mini-ambulatório médico, festas, conferências e palestras sobre Constituinte, democracia, função dos comitês populares, imprensa popular etc (CORDEIRO, 2003, p. 40). Era significativo que fossem constantes as chamadas do Comitê Democrático Popular de Jacarepaguá para dois eventos por ele patrocinados, em julho de 1946: um era a “solenidade” promovida em comemoração à Tomada da Bastilha pelos revolucionários franceses, no dia 14; o outro era a festa “junina” a ser realizada no dia 29.¹⁶ Meses depois, o mesmo Comitê convocaria todos os moradores do bairro para a inauguração de um “posto eleitoral apartidário destinado

¹⁶ *Tribuna Popular*, 10/07/1946, p. 2.

a armar todo e qualquer cidadão com um título eleitoral”. Logo em seguida haveria um baile e distribuição de brinquedos às crianças.¹⁷

Empreendimentos muito parecidos seriam verificados no meio rural. O resolutivo empenho no sentido de fortalecer a posição do Partido tanto no plano político-institucional quanto no dos movimentos organizados da sociedade civil, bem como a própria maneira como o problema do latifúndio/monopólio da terra era entendido – comumente associado aos “resquícios fascistas” da sociedade – levava a que o PCB novamente recolocasse a “Questão Camponesa” como um dos pontos prioritários de sua pauta. Retomava-se então a tese da classe camponesa como o aliado fundamental da classe operária na revolução democrático-burguesa. Se o ensinamento de Engels dizia que era “preciso em primeiro lugar” que o Partido saísse “da cidade para o campo”, uma novidade em relação aos outros períodos é que o PCB parecia estar realmente decidido a tirar aquele “ensinamento” do papel.

Um claro indício dessa atitude se verificaria no Pleno de janeiro de 1946, que, acatando algo que já tinha sido sugerido no Pleno de agosto de 1945, criaria uma Comissão Agrária encarregada de “estudar a fundo o problema agrário” no Brasil. Também significativo era o fato de o órgão noticioso do Partido, o Classe Operária, reservar uma seção inteiramente dedicada às questões do campo. De forma a viabilizar tal iniciativa, a direção do jornal solicitava a seus leitores em abril de 1946 que enviassem “uma correspondência regular sobre aspectos do campo à redação d’A CLASSE”. Outro ponto que o jornal fazia questão de salientar era a importância de os “membros, simpatizantes e amigos do Partido” se manterem em “comunicação” com a Comissão Agrária criada em janeiro último, para cuja sede, à Rua da Glória, 52, deviam “ser enviados os elementos de interesse sobre o assunto”.¹⁸

Igualmente significativas foram as mudanças no plano da orientação política. Enviar “os melhores e mais hábeis militantes para o campo” passava desde já a ser imperativo – exortava a Comissão Executiva no

¹⁷ *Tribuna Popular*, 09/11/1946.

¹⁸ *Classe Operária*, 06/04/1946, p. 3.

Pleno de janeiro de 1946.¹⁹ Outra questão premente, isto é, uma “tarefa imediata do “Partido e do proletariado” era a “organização dos assalariados agrícolas e principalmente das grandes massas camponesas, que representam a grande maioria da nossa população rural e sertaneja”. A prioridade, portanto, recaía sobre as categorias não assalariadas nesse momento. Algumas declarações de Prestes, num dos seus vários comícios, também permitem deslindar outra importante baliza da leitura que o PCB fazia sobre o campo. Retomando, em parte, uma perspectiva cujas raízes remontavam à década de 1920, o Partido julgava que para cada setor dos trabalhadores do campo corresponderiam formas específicas de organização. As categorias não assalariadas como “colonos”, “moradores”, “agregados”, “meeiros”, “posteiros” (vigias de gado), “posseiros”, “vaqueiros”, “peões de estância”, “trabalhadores do eito” deveriam ser mobilizadas por meio de clubes, ligas camponesas, irmandades, células rurais, associações, cooperativas e “sociedades de amigos do povo do lugar”. Já os “trabalhadores do café, da cana, do algodão, do fumo, da borracha, da erva-mate, da castanha” deveriam ser reunidos em sindicatos.

A primazia conferida ao setor “camponês” impulsionaria um maior investimento nas primeiras formas de organização, ou seja, as sociedades civis, que se comparadas aos sindicatos eram bem mais acessíveis, pois exigiam apenas um simples registro em cartório. Acreditava-se que eram formas mais familiares aos “camponeses”, mais próximas dos costumes locais, o que facilitaria o trabalho do Partido entre eles (COSTA, 1996, p. 2 e 15). Mas dentre elas as que mais se sobressairia sem dúvida alguma eram as Ligas Camponesas.

Em poucos meses, a partir do final de 1945, os comunistas as disseminariam por vários pontos do país. A primeira delas a ser criada teria sido a Liga Camponesa de Dumont (um distrito de Ribeirão Preto), conforme depoimento de um antigo militante do partido, Irineu Moraes, que por sinal tinha sido o seu criador (WELCH e GERALDO, 1992, p. 86). Podemos mencionar também as Ligas Camponesas de Escada, Goiana, Pau D’Alho e Iputinga (Pernambuco) (AZEVEDO, 1982, p. 56;

¹⁹ *Classe Operária*, 30/03/1946, p. 15. A esse respeito ver também GRZYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Rio de Janeiro, PPGA/MN/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1987, p. 98-99.

CHILCOTE, 1982, p. 231-32.); Bauru, Cruzeiro, Fernandópolis, Suinama (São Paulo);²⁰ Nova Iguaçu e São João de Meriti (estado do Rio de Janeiro);²¹ Jacarepaguá, Vargem Grande e Distrito Federal (cidade do Rio - DF) (SANTOS, 2005, p. 126-8); Catalão, Nova Aurora, Urutai, Pires do Rio, Orizona e Goiandira (Goiás) (MORAES, 1999, p. 61). Há também informações que dão conta de sua forte incidência no Triângulo Mineiro (IDEM) e no Paraná.²²

Infelizmente, ainda não há informações mais detalhadas sobre a atuação e composição de boa parcela dessas Ligas. Neste trabalho, as informações que possuímos dizem respeito apenas às Ligas de Dumont, do Distrito Federal, de Iputinga e as de Goiás citadas acima (COSTA, 1996, p. 20; MORAES, 1999, p. 61-62; SANTOS, 2005, p. 126-28; WELCH, 1999, p. 86-89). Embora constituindo um universo de análise muito pequeno, os dados sobre suas atuações revelam importantes traços em comum entre elas (importante tendo em vista que pertenciam a estados diferentes). A propósito, é interessante notar que alguns aspectos dessas Ligas permaneceriam presentes na trajetória das organizações “camponesas” das décadas de 1950 e 1960 – incluindo-se as *outras* Ligas, comumente associadas à figura de Francisco Julião.

Um primeiro aspecto que salta aos olhos é a importância que as Ligas Camponesas do PCB davam ao oferecimento de assistência jurídica aos seus associados, em clara sintonia com o lema do Partido, pelo qual a resolução de todo e qualquer tipo de conflito deveria se dar pela “via legal”. Nas Ligas de Iputinga e do Distrito Federal, havia até mesmo um departamento jurídico que disponibilizava esse tipo de assistência aos seus associados. Por sinal, o responsável por esse departamento na Liga Camponesa do Distrito Federal, o advogado Pedro Coutinho, era também o seu presidente. Outro ponto em comum – que se devia ao fato de todas essas Ligas reunirem “arrendatários” – seriam os esforços de seus advogados em estabelecer melhores condições de arrendamento. Mas há que se destacar que em Goiás as Ligas puderam contar com o apoio de dois deputados do PCB – Abrão Isaac Neto e Paulo Alves da Costa – na

²⁰ *Classe Operária*, 01/05/1946, p. 10; 16/03/1947, p. 7; 02/04/1947, p. 6;

²¹ *Problemas*, agosto-setembro/1949, p. 30.

²² *Classe Operária*, 10/08/1946 p. 7.

luta pela baixa do arrendo, que variava entre 40% e 70%. Tal fator foi decisivo para que a redução da taxa de arrendo para 20% fosse incluída na Constituição estadual.²³

Outras ações judiciais recorrentes tinham a ver com violências praticadas por “fazendeiros” e “grileiros”, como “tomada de terra” e queima de lavoura. Não raro os “arrendatários” se diziam prejudicados por essas ações. Contudo, elas atingiam com muito maior frequência os “posseiros”, os quais eram maioria entre os membros da Liga Camponesa do Distrito Federal.²⁴

Além da ação judicial propriamente dita, tais Ligas buscavam exercer outras formas de pressão, especialmente dirigidas aos poderes públicos, como envio de memoriais a juízes (Liga Camponesa de Suinama – SP), vereadores, deputados e senadores (Liga Camponesa do Distrito Federal). Não custa lembrar que a liga do Distrito Federal tinha a seu favor o fato de estar localizada no principal centro político do país, o que lhe permitia exercer pressão de uma forma mais direta: os memoriais feitos em seu nome, por exemplo, eram entregues pessoalmente por meio de comissões que compareciam à Câmara de Vereadores, à Câmara Federal e ao Senado. Mas um detalhe que deve ser frisado é que essas Ligas sempre tencionaram estabelecer relações de aliança com grupos e personalidades políticas de inserção extralocal, procurando, com o “apoio fora das fazendas”, comprometer outros setores da sociedade com os seus movimentos reivindicatórios.²⁵

Outro ponto visível em todas essas Ligas – exceto nas de Goiás – era a preocupação com a questão das condições de produção e comercialização

²³ Perspectiva semelhante pautaria a atuação das Ligas Camponesas “criadas” em Pernambuco, na década de 1950, conforme nos mostra AZEVEDO, op. cit., p. 60 e ss. Ela também pode ser vista, embora com menor intensidade, na atuação de algumas Ligas Camponesas da Paraíba – ver AUED, 1986, p. 53.

²⁴ Mesmo aqueles que eram de fato “arrendatários” passarão a reivindicar a condição de “posseiros” a partir da década de 1950. Esse fenômeno se verificaria, por exemplo, tanto no Sertão Carioca como na Baixada Fluminense, no estado do Rio.

²⁵ Como bem mostra AZEVEDO, op. cit., pp. 61-61, empreendimento semelhante seria realizado - sob orientação do seu advogado e também deputado socialista Francisco Julião - a partir de meados da década de 1950, pela Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), conhecida mais tarde como Liga Camponesa do Engenho Galiléia. A mesma linha seria adotada pelas Ligas Camponesas da Paraíba a partir de 1958 – ver a esse respeito AUED, Bernadete W., op. cit., pp. 33-43.

dos produtos agrícolas. A de Iputinga, por exemplo, segundo depoimento de Pedro Renaux – seu fundador –, “auxiliava na produção através da instalação de um sistema de irrigação, de distribuição de sementes e adubos, e na administração do uso coletivo de um trator; além disso, organizava a distribuição dos produtos administrando os boxes que ocupava no Mercado de Cordeiro”. Já a do Distrito Federal incluía em seus próprios estatutos reivindicações como: pleitear o fornecimento gratuito de ferramentas agrícolas e sementes; pugnar pela criação de mercados livres e diretos, com a abolição dos intermediários; lutar pela redução e abolição de todos os impostos, que recaem sobre os pequenos lavradores e que oneram a produção agrícola e asfixiam o pequeno lavrador; criar e desenvolver cooperativas de produção e consumo para uso de seus associados e de suas famílias. Além de conferências, assembleias e mesas-redondas, a organização de feiras era outro evento que a Liga de Jacarepaguá comumente realizava.

Um último aspecto a ser destacado diz respeito às atividades de propaganda e “conscientização” partidária realizadas no interior das Ligas. Nas informações que obtivemos, tais atividades se mostravam mais nítidas nas Ligas de Dumont e do Distrito Federal. Era intenso o trabalho de propaganda a favor dos candidatos do Partido e da sua própria linha política, por meio de palestras e conferências que, em geral, versavam sobre assuntos como a importância do voto e outros “temas constitucionais”. Coincidência ou não, tratavam-se exatamente de duas Ligas que nasceram como desdobramento de Comitês Democráticos Populares de Dumont e de Jacarepaguá respectivamente, os quais, como já vimos, tinham na propaganda e formação política de seus membros um dos seus principais alvos. Outra iniciativa realizada pelo Comitê Democrático Popular de Jacarepaguá, e que a Liga Camponesa do Distrito Federal fazia questão de levar a diante eram as constantes promoções de “festas camponesas” em sua sede.

A intensa repressão desencadeada sobre essas Ligas, a partir de maio de 1947, seria, a nosso ver, o principal motivo para que elas tenham durado tão pouco tempo – e não a hipótese de elas terem sido “meros apêndices” da estrutura “unitária e centralizada” do PCB. Se assim fosse, tal avaliação também deveria incidir sobre as centenas de Associações de Lavradores e Sindicatos criados e/ou controlados pelo Partido nas

décadas de 1950 e 1960 – e que, junto com as Ligas Camponesas criadas a partir de meados da década de 1950, também foram quase todas extintas pelo Governo Militar, instaurado com o Golpe de 1964.

Mas antes desse, um golpe anterior – a decretação da ilegalidade do PCB, em maio de 1947 – poria cobro a toda uma série de experiências que o Partido vinha vivenciando a partir da redemocratização. Os debates e discussões surgidos dentro e fora do Partido, a partir da atuação que ele começava a implementar no campo, foram subitamente abortados nos debates abertos pelo país. E, com eles, uma determinada leitura que se fazia da “Questão Camponesa”, cuja resolução – assim era entendida – não se daria por um simples “assalto ao poder”. O trabalho no campo então desenvolvido pelos comunistas sugeria que o problema era bem mais complexo, pois passava por um sistemático trabalho de mobilização e organização dos trabalhadores em “organizações camponesas”, acumulando forças por meio de alianças com outros setores da sociedade (inclusive com “os da cidade”); por esse prisma, o PCB acreditava que estavam sendo criadas condições para que os “camponeses” pudessem atuar como um agente capaz de alterar a correlação de forças políticas que então vigoravam no país.

Referências

- AUED, Bernadete Wrublevski. *A vitória dos vencidos: PCB e Ligas Camponesas. 1955-1964*. Florianópolis: UFSC, 1986.
- AZEVEDO, Fernando. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARONE, Edgar. *O P.C.B. (1943-1964)*. São Paulo: Difel, 1982.
- CASTELLO BRANCO, Telma Regina Simões. *Os Posseiros de Parambu e sua luta pela terra: a reconstrução histórica dos atores determinantes de um conflito pela terra na Serra da Ibiapaba*. Dissertação de mestrado. Fortaleza, UFC, 1987.
- CHAIA, Vera Lucia Michalany. *Os Conflitos de Arrendatários em Santa Fé do Sul - SP [1959-1969]*. São Paulo, USP, dissertação de mestrado, 1980.

CHILCOTE, Ronald H. *O Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração – 1922-1977*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

CLASSE OPERÁRIA, 1928 a 1947. Rio de Janeiro. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

CORDEIRO, Sara Celeste Boechat. *Comitês Democráticos Populares de Bairro e o Partido Comunista do Brasil na Cidade do Rio de Janeiro: uma “via de mão dupla”*. Niterói, UFF, Trabalho de conclusão de curso, 2003.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense/UFRRJ, 1996.

DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa. A política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: *História do Marxismo no Brasil*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. O impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil. In: MORAES, João Quartim de; REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil – O impacto das revoluções* v. 1. Campinas: Unicamp, 2003.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966). In: *História do Marxismo no Brasil*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

KONRAD, Diorge Alceno. *O Fantasma do Medo: O Rio Grande do Sul, a Repressão Policial e os Movimentos Sócio-Políticos*. 2004. Tese. Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LA CORRESPONDENCIA SUDAMERICANA, set./ 1928 a ag./1929. Buenos Aires. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses*. Comunistas e a constituição de classes no campo. Campinas, Unicamp, Tese de doutorado, 1995.

MORAES, Jadir de. *A revanche camponesa*. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

PEREIRA, Astrojildo. *Ensaio histórico e político*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRESTES, Anita Leocádia. *Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

PROBLEMAS, agosto-setembro/1949. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional. Não citado no texto

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: *História do Marxismo no Brasil*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60, v. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os Dirigentes e a Organização. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo III, volume 3. São Paulo: Difel, 1986.

SANTOS, Leonardo Soares dos. *Um sertão entre muitas certezas: a luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro: 1945-1964*. 2005. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas*. Memórias v. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.

TRIBUNA POPULAR, 1945 a 1947. Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

VIANNA, Marly. (Org.) *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.

_____. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: *O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estatismo* v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Hucitec, 1982.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

WELCH, Cliff. *Seed was planted: the Sao Paulo roots of Brazil's rural labor movement, 1924-1964*. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1999.

WELCH, Cliff; GERALDO, Sebastião. *Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Artigo recebido para publicação em:

30 de junho de 2009.

Artigo aceito para publicação em:

16 de outubro de 2009.

Como citar este artigo:

SANTOS, Leonardo Soares dos. Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa” (1927-1947). *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 3, n. 2, p. 389-424, jul./dez. 2009.